



SINDICATO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

APONTAMENTOS PRINCIPAIS – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O escritório de advocacia BEIL, BESSA & FREITAS ADVOGADOS, que presta a assessoria jurídica do Sindisea, em conjunto com sua Diretoria, fez uma análise dos principais pontos que compõem a Reforma da Previdência que tramita na ALESC.

Trata-se de importante material que visa esclarecer e embasar os pleitos da melhoria da proposta, em prol dos servidores públicos.

1) DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO IPREV DURANTE AFASTAMENTO

Até 1º de agosto de 2023, o servidor que se afastou/licenciou do cargo sem remuneração, no período de 15 de dezembro de 1998 até 1º de janeiro de 2022, poderá averbar o referido tempo, desde que efetue o recolhimento das contribuições previdenciárias (tanto da parte patronal quanto da parte do servidor) ao IPREV.

É vedado ao servidor averbar ao RPPS tempo de contribuição de qualquer espécie ocorrido em período de afastamento sem remuneração.

2) DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

A alíquota previdenciária, devida ao IPREV, permanece no patamar de 14% (quatorze por cento) sobre a parcela sobre o salário de contribuição.

No caso dos servidores inativos e pensionistas, a alíquota supramencionada será aplicada sobre o salário contribuição que exceder 01 (um salário mínimo).

Aos servidores inativos/pensionistas portadores de moléstia grave reconhecida pela perícia médica oficial, a alíquota supramencionada será aplicada sobre o salário contribuição que exceder 01 (um salário mínimo).

Foi criada a figura da alíquota adicional para os servidores ativos, que é optativa e irretratável, onde esses, que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, terão a faculdade de contribuir adicionalmente

Estudo elaborado pelo escritório BEIL, BESSA & FREITAS ADVOGADOS



SINDICATO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

ao IPREV para garantir o direito de recebimento de benefício previdenciário com paridade e integralidade, na seguinte proporcionalidade:

- a) 1% (um por cento) sobre a parte do salário de contribuição que ultrapassar 1 (um salário mínimo) até o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais);
- b) 2,5% (dois e meio por cento) sobre a parte do salário de contribuição que ultrapassar R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) até R\$20.000,00 (vinte mil reais);
- c) 3,5% (três e meio por cento) sobre a parte do salário de contribuição que ultrapassar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);
- d) 4% (quatro por cento) sobre a parte do salário contribuição que ultrapassar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Aos servidores inativos e pensionistas será devida a contribuição previdenciária suplementar acima disposta de forma compulsória.

3) DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

3.1) Art. 65 do projeto de lei

A aposentadoria voluntária para os servidores que ingressaram no serviço público até 1º de novembro de 2021 será concedida após o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- a) Idade Mínima: 61 anos para homem/56 anos para mulher;
- b) Tempo de Contribuição: 35 anos se homem/30 anos se mulher;
- c) Tempo Mínimo de Serviço Público: 10 anos para homens e mulheres;
- d) Tempo Mínimo no Cargo: 5 anos para homens e mulheres;

Em razão da contagem em dias para os itens "a" e "b" acima, a lei determina que a somatória dos referidos itens seja de 86 (oitenta e seis) para mulheres e 96 (noventa e seis) para homens.

A partir de 1º de janeiro de 2022 a pontuação será acrescida de 1 (um) ponto por ano até o limite de 100 pontos para mulheres e 105 pontos para homens.

Ainda, a partir de 1º de janeiro de 2023 a idade mínima para mulheres será de 57 anos e para homens de 62 anos.



SINDICATO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

3.2) Art. 66 do projeto de lei

Trata da regra de transição aos servidores que ingressaram no serviço público até 1º de novembro de 2021, que preencham os seguintes requisitos:

- a) Idade Mínima: 60 anos para homem/57 anos para mulher;
- b) Tempo de Contribuição: 35 anos se homem/30 anos se mulher;
- c) Tempo Mínimo de Serviço Público: 10 anos para homens e mulheres;
- d) Tempo Mínimo no Cargo: 5 anos para homens e mulheres;
- e) pedágio equivalente ao tempo que faltaria para o servidor se aposentar em 1º de novembro de 2021 em relação ao item “b” supra disposto;

4) DA PENSÃO POR MORTE

A pensão por morte concedida em razão do falecimento do servidor será de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria percebida por esse, acrescida de cota por dependente na ordem de 10% (dez por cento) do valor do benefício até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento), que não reverterá à pensionista em caso de cessação do direito dos dependentes.

5) DO RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

As pensionistas que perceberem valores indevidos deverão efetuar a devolução em parcelas mensais que não ultrapassem o limite de 30% (trinta por cento) do benefício.

6) CÁLCULO DOS PROVENTOS POR MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES

6.1) Art. 70 do projeto de lei

No cálculo do benefício a ser pago pelo IPREV será considerado 100% (cem por cento) dos salários como base para a contribuição previdenciária, ocorrendo a atualização monetária desde julho de 1994 ou desde o período em que o servidor começou a contribuir.



SINDICATO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Ainda, a média se limitará ao valor máximo do salário de contribuição do INSS para os servidores que ingressaram no serviço público posterior a implantação do SCPREV, ou que tenha exercido a opção para ingressar nesse regime.

O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética, com o acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano que exceder os 20 (vinte) anos de contribuição.

7) DA FORMA DE REAJUSTE DOS PROVENTOS E PENSÕES

Os benefícios da aposentadoria calculados na forma prevista no art. 70 desta Lei Complementar e as pensões por morte concedidas a partir de 31 de dezembro de 2003 serão reajustados de acordo com a variação integral do INPC somente se for editado decreto do Governador do Estado